

DE INTERNET, CIBERCULTURA E INTELIGÊNCIAS...

Alfredo Veiga-Neto*

O que se deve ler na lição não é o que o texto diz, mas aquilo que ele dá o que dizer.

(Larrosa, 1998, p.177)

Estará mesmo o mundo da ficção científica tornando-se realidade? Estaremos vivendo hoje aquilo que, há poucos anos, pensávamos estar nos esperando em um futuro remoto? Ou, para ser mais específico: finalmente caiu sobre nós a rede da vigilância e do controle? Caiu sobre nós aquela rede que cada vez mais nos mantém prisioneiros sob o olhar de um Estado totalitário ou de um *Big Brother* dominador? Estamos nos tornando simples números em imensos sistemas informacionais? Em um mundo em que tais sistemas se interconectam a custos progressivamente mais baixos, estaremos, finalmente, acessíveis e manipuláveis a qualquer momento em nossas intimidades?

São questões como essas que têm interessado a um dos filósofos franceses mais provocativos da atualidade: Pierre Lévy. Professor da Universidade de Paris VIII, em Saint-Denis, esse jovem e vigoroso pensador da nova safra intelectual francesa – seja pelos temas que aborda, seja pela retórica e pela maneira de fazê-lo – é um sucesso editorial.

Tem sido acusado – por alguns – de excessivamente positivista e otimista, enquanto é visto – por outros – como um criativo problematizador das relações entre as novas tecnologias (da informação e da comunicação) e a inteligência.¹ Quando há poucos meses esteve aqui em Porto Alegre, Pierre Lévy foi, no mínimo, polêmico. No dia seguinte à concorrida conferência que ministrou na UNISINOS, ele me disse que esse duplo sentimento que despertava nos seus leitores e nas suas platéias o estimulava e contribuía para refinar suas análises. A impressão que ele me causou foi a de que isso até mesmo o divertia...

Com milhares de livros vendidos pelo mundo afora, e com cinco obras traduzidas no Brasil (Lévy, 1996, 1998a, 1998b, 1998c, 1999), esse filósofo vai muito além de procurar respostas para as perguntas supramencionadas. Na verdade, talvez seja melhor dizer que, mais do que levantar problemas, o que ele faz é averiguar a produtividade das novas tecnologias da informação e da comunicação sobre as nossas vidas. Mas dito assim, seu trabalho pode dar a impressão de que

*Alfredo Veiga-Neto é professor no Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRGS, Porto Alegre, tel/fax: (51) 335-1688. E-mail: veigato@portoweb.com.br <http://www.ufrgs.br/faced/alfredo>

¹Assim Lévy (1996, p. 97) conceitua *inteligência*: “Chamo ‘inteligência’ o conjunto canônico das aptidões cognitivas, a saber, as capacidades de perceber, de lembrar, de aprender, de imaginar e de raciocinar”.

estamos diante de mais um autor que simplesmente discute as vantagens e as desvantagens dessas tecnologias, santificando-as ou demonizando-as. No entanto, esse não é o caso. Por isso, penso que vale a pena prestar atenção no que Lévy tem a nos dizer. Meu objetivo, nesta resenha, não é discutir especificamente *uma* obra do filósofo, mas sim fazer alguns comentários – de um modo bastante resumido – sobre a obra de Lévy que já está publicada no Brasil.

Partindo de algumas constatações triviais – a saber, os custos cada vez mais baixos das novas tecnologias informacionais e da comunicação, com sua conseqüente disseminação e popularização – Pierre Lévy argumenta que estamos no limiar de uma transformação radical da inteligência. Segundo ele, depois de a Humanidade ter vivido uma longa fase em que o pensamento/inteligência estava baseado na oralidade, seguiu-se uma outra fase, baseada na escrita linear; e agora estaríamos entrando em uma terceira fase, baseada na hipertextualidade. Nesse terceiro estágio, a inteligência adquire uma, digamos, dimensão coletiva. É por isso, então, que ele nos fala de uma *inteligência coletiva*. Contudo, para chegar até essa periodização, Lévy desenvolve um longa e refinada explicação, cujos pontos principais procurarei referir de modo resumido e simplificado, a seguir.

Para Lévy (1996, p. 38), “o aparecimento da escrita acelerou um processo de artificialização, de exteriorização e de *virtualização da memória* que certamente começou com a hominização”. Tratada como virtualização da memória, a escrita é muito mais do que simplesmente um registro da fala, muito mais do que um prolongamento da memória para além do contexto da produção textual. A escrita abre uma distância entre o sujeito que sabe e o saber desse mesmo sujeito. Em outras palavras, “com a escrita, e mais ainda com o alfabeto e com a imprensa, os modos de conhecimento teóricos e hermenêuticos passaram, portanto, a prevalecer sobre os saberes narrativos e rituais das sociedades orais” (ib.). Foi só depois da invenção da escrita sobre suportes mais ou menos estáveis – como a argila, o pergaminho, o papel – que se pôde invocar verdades universais, objetivas, críticas. E quanto mais estáveis e mais difundidos esses suportes, maior significação adquiriram tais verdades. Nesse sentido, por exemplo, pode-se compreender a invenção e a propagação da imprensa como uma das mais significativas condições de possibilidade do Iluminismo. Nessa mesma linha, penso que se pode tomar a realização do projeto da enciclopédia como um bom exemplo material, concreto, dessa busca pela universalização e objetividade do conhecimento, empreendida pela cultura européia moderna.

Em resumo, a escrita – principalmente a alfabética, linear – engendrou novas “maneiras” de nos relacionarmos com os saberes e, até mesmo, novas “maneiras de pensar” e novas percepções sobre o espaço e sobre o tempo que eram (e são) desconhecidas das sociedades de tradição exclusivamente oral (Veiga-Neto, 1999). Para Lévy, a partir da sua invenção, na Mesopotâmia, a escrita operou uma revolução na inteligência humana. O processo ao qual denomino topologização do pensamento

– de que são exemplos, cada um ao seu modo o *modus ponens*² e a própria noção de universalidade³ – só começou depois da invenção da escrita.

Hoje estamos vivendo uma segunda revolução. Para Lévy, trata-se de uma revolução muito mais radical e transformadora do que a invenção da imprensa; trata-se de uma revolução cujo paralelo só encontramos na própria invenção da escrita alfabética. Essa nova revolução deriva da invenção de novos suportes para o registro da escrita. O amplo (e relativamente barato) uso do computador e da comunicação eletrônica à distância, para a criação textual, não apenas amplifica o poder e os recursos da escrita linear – fato trivial que é bem conhecido por qualquer usuário dessas tecnologias – como também trivializa a lógica da hipertextualidade. Como sabemos, um hipertexto é aquele que um leitor cria a partir de um texto primário, em geral, denominado *texto fonte*, e do qual pode sair – e ao qual pode voltar – segundo suas próprias decisões e segundo as possibilidades que um sistema de *links* em rede lhe oferece.

Volto a citar a enciclopédia para mais um exemplo. De fato, a enciclopédia permite uma infinidade de leituras hipertextuais: basta, para tanto, que a cada momento que se queira, se abandone (temporariamente ou não) o verbete que se está lendo para, a partir de qualquer palavra ou expressão que consta desse verbete, se viaje por outras regiões da enciclopédia. É claro que cada *link* é estabelecido no encontro entre a nossa vontade de navegar para fora do texto e as possibilidades que a enciclopédia nos oferece. Podemos até mesmo dizer que uma enciclopédia é tanto melhor quanto – além de mais extensa e “correta” – mais possibilidades de *links* ela tem.

Além da enciclopédia, a biblioteca também pode ser entendida como um amplo suporte para uma leitura hipertextual. Contudo, em qualquer desses casos, é fácil ver quão demorada e quão penosa pode se tornar tal leitura. Essa situação permaneceu quase inalterada até recentemente. É nesse ponto que entra o processamento digital de textos. Na sua forma mais simples, um texto redigido linearmente em um computador não difere de um texto escrito à tinta ou em uma máquina de escrever. Acontece que os recursos de editoração que um computador nos oferece, por mais simples que ele seja, são qualitativamente diferentes daquelas outras duas formas de escrever. Basta que pensemos nas operações de *copiar*, *cortar* ou *colar*, para nos darmos conta das diferenças. E aqui não se trata de simplesmente reconhecer que tais operações são práticas, facilitam nosso trabalho. É preciso compreender que se trata de operações que modificam o nosso modo de produção textual, modificam a nossa relação com o texto que produzimos e, bem por isso, modificam como pensamos esse texto. E se considerarmos os novos programas e os potentes PCs que os rodam, tudo isso internectado “interneticamente”, então tais diferenças tornar-se-ão abismais. Dá-se uma verdadeira ruptura

²Para uma discussão dessa questão, ver Eco (1993).

³A esse respeito, diz Lévy (1999, p.115) que “não há universalidade sem escrita”.

nos processos de escrita e de leitura textuais: o próprio texto liberta-se da lógica linear e muda para a lógica tridimensional da hipertextualidade. E, por aí, modificam-se as nossas percepções espaciais e temporais.

Para usar as expressões de Lévy, se a leitura é a atualização do texto e a escrita é a virtualização da memória, a digitalização é a potencialização do texto. E mais: o hipertexto é, ao mesmo tempo, a virtualização do texto e a virtualização da leitura. E, na medida em que cada computador é lançado no ciberespaço – pelas tecnologias da telemática –, é, ele próprio, o computador, que se virtualiza e leva o texto a uma desterritorialização.⁴ O ciberespaço – esse sistema de sistemas, todos em contínuas mudanças – é “a encarnação máxima da transparência técnica e acolhe, por seu crescimento incontido, todas as opacidades do sentido” (Lévy, 1999, p. 111).

É desse caráter desterritorializado do texto que Lévy (1998b) deriva o seu conceito de *inteligência coletiva*, como uma “inteligência distribuída por toda a parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências” (id., p. 28). A inteligência coletiva é a própria universalização da inteligência. Mas isso não implica, para ele, invocar o conceito de totalidade. Ao contrário, por se tratar de uma universalidade caótica, instável e sem significado central, ela não solicita qualquer identidade do sentido (totalidade). Esse entendimento de Lévy o aproxima – ou, talvez, o identifica – com as perspectivas pós-modernas. Mas, por outro lado, a universalização de que nos fala o filósofo não tem caráter geográfico nem econômico; não se trata de dar um outro nome ao planetário, à globalização. Nesse ponto, um tanto fiel à tradição francesa, Lévy (1999) nos diz que a inteligência coletiva é universal não porque esteja de fato em toda parte, mas porque “possui uma relação profunda com a idéia de humanidade” (id., p. 119), porque “sua forma ou sua idéia implicam *de direito* o conjunto dos seres humanos” (ib.).

O caráter democrático, incensurável e incontrolável da INTERNET é um bom exemplo daquilo que Lévy chama de universalização da informação e do pensamento. Além disso, pensemos no quanto a telemática nos liberta das restrições que nos impõem a indústria cultural, as grandes corporações editoriais, as leis de direitos autorais – todas elas, ao mesmo tempo em que protegem autores e artistas, criam exércitos de intermediários que muito freqüentemente reservam para si a parte do leão do que produzem esses autores e artistas.

Em *Cibercultura*, Pierre Lévy problematiza detalhadamente essas questões. Para aqueles interessados nessas atualíssimas questões, bem como para aqueles que querem ter um quadro geral acerca do pensamento do filósofo, talvez esse seja, em língua portuguesa, o seu livro mais “útil”. Ali encontraremos uma boa revisão dos conceitos até agora usados pelo filósofo, bem como alguns exemplos

⁴Para uma discussão detalhada acerca dos conceitos de virtual, real, atual, possível, etc., ver, entre outros, Lévy (1996) e Deleuze (1988).

do que está acontecendo, nesse campo, principalmente no cenário europeu. Um balanço geral talvez revele uma atitude por demais otimista de Lévy para com a influência da telemática sobre nossas vidas. Contudo, por outro lado, ele não deixa de reconhecer e discutir o caráter de *pharmakon*⁵ – e, por isso, ambíguo – da inteligência coletiva.

Por fim, uma consideração de cunho político. Se existe um *Big Brother*, ele não está instalado em uma central de inteligência e controle, ele não é uma corporação e nem mesmo um conjunto de corporações e governos que nos controlam e conduzem, que pensam e decidem por nós. Se existe um *Big Brother*, ele é sistêmico e, dessa maneira, está difuso na sociedade.

Assim, para aqueles que gostam de teorias catastrofistas ou conspirativas, o quadro que Pierre Lévy nos oferece é duplamente decepcionante. Em primeiro lugar, é decepcionante porque não temos um inimigo localizável pontualmente a quem combater e destruir. Em segundo lugar, é decepcionante porque esse suposto inimigo não é um *outro*; ele nos atravessa, isto é, ele nos constitui e, ao mesmo tempo, nós o constituímos. Em outras palavras, há uma relação de implicação, e não de antagonismo, entre nós e ele. Simplesmente negá-lo, não recorrendo ao uso das novas tecnologias da informação e da comunicação, procurando ficar à margem do que elas têm a nos oferecer, implica – quer queiramos ou não – concordar com o *status quo* e silenciar sobre o futuro que hoje elas engendram.

Para aqueles que recusam a negação abstrata ou não querem se prender a idéias preconcebidas sobre a telemática, mas, ao contrário, preferem examinar as novas tecnologias por meio das novas práticas que elas estão gerando, a obra de Pierre Lévy tem muito a nos ensinar. Pessoalmente, não tenho dúvida de que o exame crítico, contínuo e atento das transformações que estão acontecendo aceleradamente na nossa vida diária é condição básica para qualquer ação – profissional, política, pessoal, etc. – que se pretenda conseqüente. Nesse sentido, a obra de Pierre Lévy vem se juntar à obra de vários outros pensadores contemporâneos, todos capazes de nos ajudarem a compreender esse ainda estranho e admirável mundo pós-moderno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DELEUZE, G. *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro : Graal, 1988.
ECO, U. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo : Martins Fontes, 1993.
LARROSA, J. *Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas*. Porto Alegre : Contrabando, 1998.
LÉVY, P. *O que é o virtual?* São Paulo : Ed. 34, 1996.
— . *Tecnologias da inteligência*. São Paulo : Ed. 34, 1998a.

⁵Como sabemos, *pharmakon* denota, em grego arcaico, simultaneamente *veneno e remédio*.

- . *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. São Paulo : Loyola, 1998b.
- . *A máquina universo*. Porto Alegre : Artes Médicas Sul, 1998c.
- . *Cibercultura*. São Paulo : Ed. 34, 1999.
- VEIGA-NETO, A. Espacios que producen. In: GVIRTZ, S. *Temas contemporaneos en educación*. Buenos Aires : Aique, 1999.